

AGV Solar IV Geradora de Energia S. A

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
<b>Demonstrações contábeis auditadas</b>	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Acionistas e Diretores da AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. Ouroeste – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de outubro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken  
Contador CRC SC-030412/O-1

**AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A**

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	121	66
Investimentos em aplicações financeiras	4	4.093	1.535
Contas a receber de clientes	5	654	1.231
Contas a receber de partes relacionadas	6	-	612
Estoques	7	2.331	2.328
Tributos e contribuições sociais compensáveis		19	6
Tributos a recuperar		11	-
Outros ativos		2	13
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.231</b>	<b>5.791</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Tributos diferidos		12	-
Outros ativos		33	-
Imobilizado, líquido	8	74.370	77.302
Intangível	9	59	78
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>74.474</b>	<b>77.380</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>81.705</b>	<b>83.171</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A**

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	10	432	696
Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	29	21
Dividendos a pagar		-	60
Imposto de renda e contribuição social a pagar		62	52
Outros tributos a pagar		22	26
Ressarcimento	12	824	-
Outras obrigações		4	4
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.373</b>	<b>859</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	2.555	2.385
Ressarcimento	12	75	-
Tributos diferidos		-	38
Provisão para desmobilização	11	3.498	3.437
Outras obrigações		17	46
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.145</b>	<b>5.906</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
	13		
Capital social subscrito e integralizado		76.520	76.520
Reservas de lucros		-	1.850
Outros resultados abrangentes		(1.881)	(1.964)
Prejuízos acumulados		(452)	-
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>74.187</b>	<b>76.406</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>81.705</b>	<b>83.171</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	(604)	1.825
Amortização de operações de hedge de fluxo de caixa	83	83
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(521)</b>	<b>1.908</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital Social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos acumulados) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Subscrito	Capital a integralizar	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>76.601</b>	<b>(2.160)</b>	<b>61</b>	<b>1.133</b>	<b>(2.047)</b>	<b>-</b>	<b>73.587</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.825	1.825
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	83	-	83
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(35)	(35)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(1.133)	-	-	(1.133)
Aumento de capital		-	2.079	-	-	-	-	2.079
Constituição de reserva legal		-	-	91	-	-	(91)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório		-	-	-	1.699	-	(1.699)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13</b>	<b>76.601</b>	<b>(81)</b>	<b>152</b>	<b>1.699</b>	<b>(1.964)</b>	<b>-</b>	<b>76.406</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(604)	(604)
Absorção de prejuízo com reservas		-	-	(152)	-	-	152	-
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	83	-	83
Distribuição de dividendos		-	-	-	(1.699)	-	-	(1.699)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13</b>	<b>76.601</b>	<b>(81)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.881)</b>	<b>(452)</b>	<b>74.186</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b><u>Atividades operacionais</u></b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(604)	1.825
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u></b>		
Depreciação e amortização	8 e 9 3.271	3.017
Amortização Hedge	83	83
Juros sobre arrendamentos e alugueis	239	265
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(113)	(14)
	<b>2.876</b>	<b>5.176</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>	<b>1.740</b>	<b>(2.223)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	48	10
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>4.664</b>	<b>2.963</b>
<b><u>Atividades de investimentos</u></b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	8 e 9 (118)	(2.087)
Aplicação (resgate) em investimentos de curto prazo	(2.493)	(1.531)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.611)</b>	<b>(3.618)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>		
Aumento de Capital	-	2.079
Dividendos pagos	(1.759)	(1.133)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	6 (239)	(255)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas (pelas) atividades de financiamentos</b>	<b>(1.998)</b>	<b>691</b>
<b><u>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</u></b>	<b>55</b>	<b>36</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	66	30
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>121</b>	<b>66</b>
<b><u>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b>55</b>	<b>36</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Informações gerais

A AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 26 de outubro de 2017 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem. A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguini (SP 543), Fazenda São João, s/n, lote 04, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

Em 18 de dezembro de 2017, a Controladora AES Operações obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 (“Leilão A-4”), o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), construído no município de Ouroeste Estado de São Paulo (“Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”).

Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

A AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. possui uma garantia física de 4,0 MWm de energia contratada por 20 anos, ao preço médio de R\$ 145,49/MWh, com reajuste anual pelo IPCA.

Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
		Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	180,59	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 19 de outubro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

#### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### **Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2021 com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

#### **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### **3 Políticas contábeis e estimativas**

---

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

##### **3.1 Instrumentos Financeiros**

###### **(a) Ativos financeiros**

###### **(a.1) Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo**

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão mensurados pelo custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos de curto prazo estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado.

#### (b) Passivos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Empresa classifica fornecedores como passivos financeiros avaliados à valor justo pelo custo amortizado.

### 3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### (a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Empresa.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

### 3.3 Reconhecimento da receita

#### (a) Receita de juros

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de juros é reconhecida com base o tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### 3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

##### (a) Impostos

A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de saída de recursos seja avaliada como provável.

O julgamento da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo de prejuízos fiscais não utilizados, que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

##### (b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 19.1.

#### 3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

### 3.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
<del>CPC 32 – Tributos sobre o Lucro</del>	<del>IAS 12</del>	<del>Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação</del>	<del>1º de janeiro de 2023</del>
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	121	66
Investimentos em aplicações financeiras (CDB)	4.093	1.535
<b>Total</b>	<b>4.214</b>	<b>1.601</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 96,92% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (92,35% em 31 de dezembro de 2020).

#### 5 Contas a receber de clientes

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		
Mercado de curto prazo (i)	6	1.231
Contratos de energia solares	648	-
<b>Total</b>	<b>654</b>	<b>1.231</b>

## 6 Partes relacionadas

	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Venda de energia - AES Brasil Operações	-	612
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>612</b>
<b>Passivo</b>		
Subarrendamento AES Brasil Operações (i)	29	21
Dividendos a pagar AES Brasil Operações	-	60
<b>Subtotal circulante</b>	<b>29</b>	<b>81</b>
Subarrendamento AES Brasil Operações (i)	2.555	2.385
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>2.555</b>	<b>2.385</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.584</b>	<b>2.466</b>
<b>Resultado</b>		
Faturamento de energia para revenda	87	480
Compra de energia para revenda	(87)	-
<b>Total do resultado</b>	<b>-</b>	<b>480</b>

(i) Refere-se ao contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora direta AES Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.

### 6.1 Passivo arrendamento

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Brasil Operações S.A, no montante de R\$2.584 (R\$2.406 em 31 de dezembro de 2020). O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.379</b>
Ingressos de principal	20
Encargos financeiros	265
Pagamento	(255)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.409</b>
Ingressos de principal	202
Encargos financeiros	239
Pagamento de encargos financeiros	(239)
Pagamento de principal	(27)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.584</b>

O vencimento de futuros passivos de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<b>CIRCULANTE</b>	
2022	29
<b>Subtotal</b>	<b>29</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2023	32
2024	35
2025	39
2026	43
2027	47
Após 2027	2.359
<b>Subtotal</b>	<b>2.555</b>
<b>Total</b>	<b>2.584</b>

## 7 Estoques

	2021	2020
Estoques - Partes e Peças	2.331	2.328
<b>Total dos estoques</b>	<b>2.331</b>	<b>2.328</b>

Com o objetivo de otimizar a eficiência operacional, a Companhia, com a interveniência de suas parceiras AGV V e AGV VI, centralizam a gestão de estoques no valor total de R\$ 2.331 e o contrato prevê o repasse de peças para manutenção de um saldo mínimo de estoques e possíveis aquisições de peças para reposição.

## 8 Imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso do terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos solares. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	4.187	(427)	3.760
Máquinas e equipamentos	3,6%	74.352	(6.418)	67.934
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>78.539</b>	<b>(6.845)</b>	<b>71.694</b>
Imobilizado em curso		301	-	301
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>78.840</b>	<b>(6.845)</b>	<b>71.995</b>
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,33%	2.650	(275)	2.375
<b>Total Imobilizado</b>		<b>81.490</b>	<b>(7.120)</b>	<b>74.370</b>

(i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.187	-	-	4.187
Máquinas e equipamentos	74.524	-	(172)	74.352
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>78.711</b>	<b>-</b>	<b>(172)</b>	<b>78.539</b>
Imobilizado em curso	11	118	172	301
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>78.722</b>	<b>118</b>	<b>-</b>	<b>78.840</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.448	202	-	2.650
<b>Subtotal</b>	<b>81.170</b>	<b>320</b>	<b>-</b>	<b>81.490</b>
Depreciação/amortização arrendamento	(3.868)	(3.252)	-	(7.120)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>77.302</b>	<b>(2.932)</b>	<b>-</b>	<b>74.370</b>

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 9 Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esse intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão e autorização. São amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### (a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis em curso	20,0%	95	(36)	59
<b>Total</b>		<b>95</b>	<b>(36)</b>	<b>59</b>

### (b) A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Amortizações	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Outros intangíveis em curso	78	(19)	59
<b>Total líquido</b>	<b>78</b>	<b>(19)</b>	<b>59</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Outros intangíveis em curso	80	(2)	78
<b>Total líquido</b>	<b>80</b>	<b>(2)</b>	<b>78</b>

## 10 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se, principalmente, ao provisionamento de contratos de prestação de serviço.

	2021	2020
Materiais e Serviços	373	658
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	59	38
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>696</b>

## 11 Provisão para Desmobilização

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos Solares AGV. A provisão para desmantelamento foi

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado é de R\$3.498 (R\$3.483 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Provisão para desmobilização	3.498	3.437
<b>Subtotal</b>	<b>3.498</b>	<b>3.437</b>
<b>Total</b>	<b>3.498</b>	<b>3.437</b>

A variação da provisão para desmobilização de 2020 para 2021 refere-se à atualização monetária, corrigida pelo índice. O complexo AGV possui prazo de 30 de junho de 2053 a uma taxa de 0,15% ao mês.

## 12 Ressarcimento

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques solares do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	824	-
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	75	-
<b>Total passivo</b>	<b>899</b>	<b>-</b>

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisão	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Passivo	-	(899)	(899)

## 13 Patrimônio líquido

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2021		2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Brasil Operações	76.520	100	76.520	100
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>76.520</b>	<b>100</b>	<b>76.520</b>	<b>100</b>

O capital social subscrito e integralizado é de R\$76.601 (R\$76.601 em 31 de dezembro de 2020), em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 13.1 Reserva de lucros

	2021	2020
<b>Reservas de lucro:</b>		
Reserva legal	-	152
Dividendos adicionais propostos	-	1.699
	<b>-</b>	<b>1.851</b>

### 13.2 Destinação do Resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(604)	1.825
Constituição de reserva legal (5%)	-	(91)
<b>Base para pagamento de dividendos</b>	<b>(604)</b>	<b>1.734</b>
<b>Destinação:</b>		
Dividendos adicionais propostos	-	1.699
Dividendos mínimos obrigatórios (2%)	-	35
Prejuízos acumulados (i)	(452)	-
<b>Total destinado</b>	<b>(452)</b>	<b>1.734</b>

- (i) A companhia absorveu uma parcela do prejuízo do exercício com reserva legal no montante de R\$152.

## 14 Receita Líquida

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

### (c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento energia elétrica faturada partes relacionadas	29.580	4.867	35.068	7.224
Partes relacionadas	431	87	945	480
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>30.012</b>	<b>4.955</b>	<b>36.013</b>	<b>7.704</b>
(-) PIS e COFINS	-	(258)	-	(320)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>30.012</b>	<b>4.697</b>	<b>36.013</b>	<b>7.384</b>

## 15 Custo de produção e operação de energia

	2021	2020
<b>Custo de produção e operação de energia</b>		
Compra de energia - curto prazo	(9)	(748)
Depreciação e amortização	(3.271)	(3.099)
Serviços de terceiros	(666)	(529)
Encargos de transmissão	(493)	(356)
Contratos com partes relacionadas (i)	(87)	-
Taxa de fiscalização - ANEEL	(62)	(51)
Material	(27)	-
Seguros	(115)	(109)
Contribuições setoriais	-	(3)
Outros custos operacionais	(85)	(3)
<b>Total</b>	<b>(4.815)</b>	<b>(4.898)</b>

(i) Refere-se ao contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora direta AES Brasil Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.

## 16 Gerais e Administrativas

	2021	2020
Material	(24)	(11)
Serviços de terceiros	(150)	(137)
<b>Total</b>	<b>(174)</b>	<b>(148)</b>

Estão inclusos em gerais e administrativas os desembolsos com serviços de terceiros contratados para atividades profissionais de auditoria externa, publicações legais, locação de equipamentos de informática, entre outros.

## 17 Resultado financeiro

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	113	21
Atualização monetária sobre créditos tributários	85	-
<b>Subtotal</b>	<b>198</b>	<b>21</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre passivos de arrendamento (i)	(239)	(265)
Disp. c/ retirada de Operação (amortização ARO)	(61)	-
Outras despesas financeiras	(12)	(12)
<b>Subtotal</b>	<b>(312)</b>	<b>(277)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(114)</b>	<b>(256)</b>

<sup>(i)</sup> Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 6.1.

## 18 Composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social dos Complexos AGV é feita com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

## 19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Mensuração do valor justo	2021		2020		Categoria		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo			
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>								
	Caixa e equivalentes de caixa	4	nível 2	121	121	66	66	Custo amortizado
	Investimentos de curto prazo	4	nível 2	4.093	4.093	1.535	1.535	Valor justo por meio do resultado
	Contas a receber de clientes	5	nível 2	654	654	1.231	1.231	Custo amortizado
	<b>Total</b>			<b>4.868</b>	<b>4.868</b>	<b>2.832</b>	<b>2.832</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>								
	Fornecedores	10	nível 2	432	432	696	696	Custo amortizado
	Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	nível 2	2.584	2.584	2.406	2.406	Custo amortizado
	Contas a pagar partes relacionadas (dividendos a pagar)	6	nível 2	-	-	60	60	Custo amortizado
	Ressarcimento	12	nível 2	899	899	-	-	Custo amortizado
	<b>Total</b>			<b>3.016</b>	<b>3.016</b>	<b>3.162</b>	<b>3.162</b>	

(i) Mensuração do valor justo de nível 2.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

### 19.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

### 19.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) **Estrutura de gerenciamento de riscos**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

#### Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

#### **Controles Internos**

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

#### **Auditoria Interna**

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

#### **Ética e Compliance**

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES *Helpline*, através da página na internet ou telefone. O AES *Helpline* está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES *Helpline* podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

#### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	121	66
Investimentos de curto prazo	4.093	1.535
Contas a receber de clientes	654	1.231
<b>Total</b>	<b>4.868</b>	<b>2.832</b>

#### (a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

##### (c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

## AGV SOLAR IV GERADORA DE ENERGIA S.A

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 20 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	após 2027	Total	2020
TUSDg - Elektro	705	705	705	705	705	18.340	21.867	14.969
Contribuição CCEE	-	-	-	-	-	-	-	407
Encargo ANEEL	50	50	50	50	50	1.305	1.556	8.244
<b>Total</b>	<b>756</b>	<b>756</b>	<b>756</b>	<b>756</b>	<b>756</b>	<b>19.645</b>	<b>23.422</b>	<b>23.620</b>

## 21 Eventos Subsequentes

Em 03 de janeiro de 2022, a controladora direta AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e integralizou R\$360.000 passando a deter participação de 23,41% de seu capital social.

A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e incluiu a contribuição, na Guaimbê Holding, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.; bem como sua participação nas sociedades AGV Solar IV Geradora de Energia S.A., AGV Solar V Geradora de Energia S.A. e AGV Solar VI Geradora de Energia S.A., que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

Com isto, na presente data, a AGV IV passou a ser controlada direta de Guaimbê Holding, e indireta de AES Operações.

Na mesma data, em 06 de janeiro de 2022, a AGV Solar IV, aprovou o aumento de capital da companhia num total de R\$26.584 mediante a emissão de 26.584.178 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão R\$1,00 por ação.

Carlos Pompermaier  
Diretor

Sérgio Luiz da Silva  
Diretor

Hugo Saturo Nagae  
CRC 1SP329701/O-6